

“Lobby” bem orquestrado

Nada mais natural que, às vésperas das negociações com o comitê de bancos, os credores internacionais intensifiquem as pressões para receber do governo brasileiro uma parcela dos juros em atraso. O que causa espécie é que o governo dos Estados Unidos e o Fundo Monetário Internacional (FMI) tenham aderido, de forma tão ostensiva, à orquestração desse “lobby”.

Da parte de Washington, trata-se de uma flagrante contradição. Foi o próprio secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, quem, em nome de seu governo, reconheceu a necessidade de redução do estoque da dívida externa dos países em desenvolvimento, abrindo caminho para a desvinculação dos empréstimos do FMI e do Banco Mundial (BIRD) das negociações dos endividados com os bancos privados. Pode-se entender que o secretário-assistente do Tesouro, David Mulford, tenha manifestado, logo após a assinatura da carta de intenções do Brasil ao FMI, a preocupação de Washington quanto ao pagamento dos atrasados. Mas não que o seu superior hierárquico tenha subscrito o comunicado do grupo dos sete grandes países industrializa-

dos (G-7), que, fugindo a todas as praxes, menciona especificamente as obrigações do Brasil para com a banca internacional.

Torna-se mais difícil ainda compreender como a atitude de Brady poderia coadunar-se com o projeto efetivamente inovador do presidente George Bush, propondo ao Congresso a diminuição de US\$ 7,1 bilhões na dívida de US\$ 48 bilhões dos países da América Latina e do Caribe junto aos EUA (inclusive Eximbank). Como não deixou de mencionar a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, em seu encontro com Brady no domingo passado, o presidente Bush, no contexto de seu Plano para as Américas, estendeu ao âmbito governamental o princípio de redução da dívida, até então limitado aos bancos privados.

A Casa Branca deu, assim, um exemplo de grande valia para as negociações com o Clube de Paris, que deveriam começar paralelamente aos entendimentos com os bancos

comerciais. Mas, como se viu no encontro das autoridades monetárias brasileiras com o representante do Clube, Jean-Claude Trichet, não se chegou nem mesmo a marcar uma data tentativa para as conversações oficiais, à falta de um sinal verde por parte do FMI.

Na realidade, foi o Fundo que, em vez de agir como fora virtualmente acertado com a assinatura da carta de intenções pelo governo brasileiro, içou de repente a bandeira amarela. Todos sabem que o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, não responde ditatorialmente pela instituição, devendo ouvir o seu “board” antes da conclusão de acordos com governos de quaisquer países. Sim, mas o que se esperava dele é que demonstrasse mais firmeza na defesa de uma nova postura por parte daquele órgão, de modo a permitir-lhe assumir, como disse a ministra da Economia, um papel de mais utilidade do que mero auditor de políticas internas de países endividados.

As posições do FMI têm evoluído, é justo notar, particularmente na gestão de Camdessus. Mas o comportamento do Fundo na reunião em curso em Washington sugere que ainda demorará muito para que ele avoque para si uma responsabilidade maior pelo equilíbrio do sistema monetário internacional. O pior é que o FMI passa agora não apenas a imagem de auditor, mas também de cobrador, em última instância, das dívidas aos grandes bancos.

Em meio a tantas pressões, a atitude do Brasil permanece íntegra. O País não vai fazer pagamentos de juros para depois ter de interrompê-los, pedir “waivers” ou romper acordos. Deseja, isto sim, uma negociação definitiva, que evite a erosão das reservas, que devem ser mantidas em nível equivalente a quatro meses de importações, ou seja, cerca de US\$ 8 bilhões. E, em lugar de ameaças de ver cortados os seus créditos a curto prazo, confia na percepção pelos credores de que os riscos são mútuos. Da mesma forma o serão os benefícios se o Brasil puder vencer a inflação e desenvolver-se, em sintonia com a comunidade financeira internacional.